

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

1. INTRODUÇÃO

Os dados do Recenseamento Agrícola/2009 mostram alterações importantes nesta actividade económica na nossa Região Autónoma, salientando-se o aumento da área de horticultura em relação ao último Recenseamento, bem como um incremento da relevância de algumas explorações agrícolas de média e de grande dimensão (mesmo à escala nacional). O número de explorações agrícolas diminuiu, tal como a Superfície Agrícola Utilizada (SAU), verificando-se tendência semelhante relativamente aos efectivos animais e à população agrícola familiar, observando-se contudo nesta, uma melhoria substancial nas habilitações literárias.

2. ESTRUTURA E TIPOLOGIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Em 2009 foram recenseadas na Região Autónoma da Madeira 13 611 explorações agrícolas (13 580 com SAU), - 6,3% em comparação com o anterior recenseamento de 1999. Por sua vez, e no mesmo período, a SAU diminuiu 3,8%, fixando-se nos 5 428 ha (1 hectare = 100 ares = 10 000 m²). A SAU por exploração cresceu ligeiramente de 38,93 para 39,97 ares.

O município com mais explorações é Câmara de Lobos, com 2 153, seguindo-se Santana com 1 767. Na ilha da Madeira, o Porto Moniz com 466 explorações é o município com menor número de explorações, mas em termos da RAM é o Porto Santo que está nessa posição, com apenas 134.

No que respeita à SAU, é Santana que detém a liderança, à frente de Câmara de Lobos (911,4 contra 710,4 ha). O Porto Moniz só tem 275,0 ha de SAU.

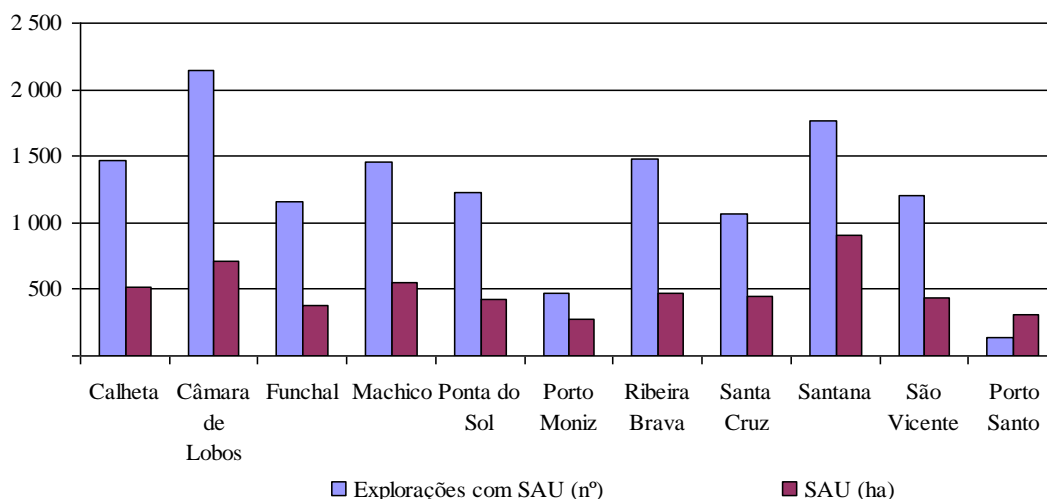


Direção Regional de Estatística

“Uma porta aberta para um universo de informação estatística”



Superfície Agrícola Utilizada e Explorações com SAU por Município



No que respeita à dimensão das explorações, é de referir que mais de três quartos (77,0%) das explorações com SAU tem menos de 0,5 ha de área agrícola utilizada e 16,5% tem uma SAU compreendida entre 0,5 ha e 1 ha. Foi na classe até 0,5 ha que se registou o maior desaparecimento e abandono de explorações agrícolas, com 95,5% do total de explorações que se extinguiram nos últimos anos a pertencerem àquele intervalo. A Região tinha em 2009 mais 8 explorações com dimensão superior aos 3 ha de SAU, comparativamente a 1999.

Os municípios da ilha da Madeira com maiores áreas médias de SAU são Porto Moniz (59,0 ares) e Santana (51,6 ares), inferiores contudo ao valor do Porto Santo (230,9 ares).

As explorações agrícolas madeirenses são caracterizadas por estarem divididas em vários blocos, ou seja, existem vários terrenos não contíguos administrados pelo mesmo produtor, que utiliza normalmente mão-de-obra, máquinas e equipamentos idênticos para trabalhar esses terrenos. Em 2009, existiam 51 173 blocos para 13 580 explorações com SAU, isto é, 3,8 blocos por exploração, ligeiramente menos que os 4,0 blocos por exploração registados no Recenseamento Geral da Agricultura de 1999.

Com o objectivo de permitir a caracterização e a comparação das diversas estruturas e sistemas de produção agrícolas da UE e dos seus resultados económicos, foi definida no Regulamento (CE) N.º 1242/2008 da Comissão uma tipologia comunitária, que classifica as explorações agrícolas em grupos homogéneos segundo a Orientação Técnico-Económica (OTE) e a Dimensão Económica (DE). Esta tipologia baseia-se no Valor da Produção Padrão (VPP), isto é, no valor monetário unitário da produção agrícola de cada actividade, que serve para o cálculo do Valor de Produção Padrão Total (VPPT) e para a determinação da respectiva DE da exploração.

A OTE de uma exploração é determinada através da avaliação do contributo que as diferentes produções agrícolas têm na formação do respectivo VPPT.

O VPPT agrícola regional rondava em 2009 os 80,5 milhões de euros, apresentando cada exploração em média 5,9 mil euros de VPPT, um valor reduzido que traduz a exiguidade das explorações regionais. Contudo, o número de médias e grandes explorações cresceu bastante em comparação com 1999, existindo na Região 52 explorações com um VPPT superior a 100 000 euros (grandes) e 210 com um VPPT compreendido entre os 25 000 e os 100 000 euros (médias). Perto de um terço do VPPT global regional é originado por estas explorações que representam 1,9% do total de explorações da Região. Note-se que a maior contribuição para o VPPT regional (41,3%) vem das explorações muito pequenas (VPPT inferior a 8 000 euros), sendo que a média destas explorações é de 2,9 mil euros. As pequenas explorações (entre 8 000 a 25 000 euros em VPPT) concentram 27,1% do VPPT da RAM.

De acordo com o RA 09, 65,3% das explorações agrícolas madeirenses são especializadas (60,9% no Recenseamento anterior), principalmente em horticultura intensiva e floricultura (16,5% do total), fruticultura (16,3%) e vinha (13,2%).

Desagregando por classes, os VPPT mais elevados encontram-se em explorações especializadas em horticultura (cerca de 24,3 milhões), em explorações de policultura (20,9 milhões de euros), destacando-se ainda as explorações especializadas em outras arvenses (7,3 milhões) e em viticultura (6,7 milhões).

2.1 NATUREZA JURÍDICA DO PRODUTOR

Os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas da Região são esmagadoramente produtores singulares (99,3%), sendo estes maioritariamente autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão-de-obra familiar. Apesar de o seu número ser muito pouco significativo, as explorações detidas por sociedades e outras formas jurídicas (explorações pertencentes ao Estado, Igreja, etc...) são em média de maior dimensão quando comparadas com as explorações dos produtores singulares (1,6 ha no primeiro caso contra 0,4 ha no segundo).

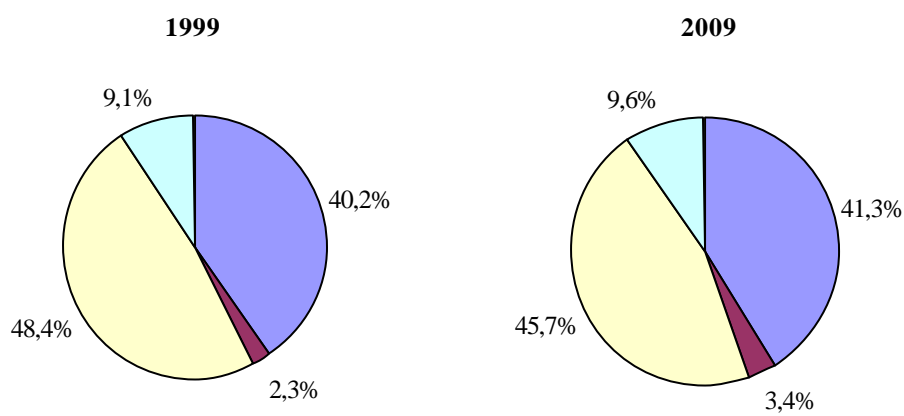
3. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

A superfície total (soma da SAU com as matas e florestas, superfície agrícola não utilizada e outras superfícies) das explorações agrícolas madeirenses era em 2009 de 7 138,0 ha, sendo que a SAU detém a maior fatia deste total, 76,0%, seguida pela superfície florestal sem aproveitamento agrícola (10,7%). A superfície agrícola não utilizada, que consiste em área que não é explorada para agricultura, embora já o tenha sido no passado, representa 8,6% da superfície total, enquanto que as outras superfícies (edifícios, caminhos, logradouros, etc...) concentram os restantes 4,7%.

A superfície total agrícola representava em 2009, 8,9% da área da RAM, com máximos de 17,4% e 14,1% nos municípios de Câmara de Lobos e Santana (peso da superfície total agrícola em relação a área de cada município) e um mínimo de 3,7% no município do Porto Moniz.

De acordo com o RA 09, a SAU rondava os 5 428,4 ha (-3,8% que o contabilizado no anterior recenseamento), sendo a maior fracção ocupada por culturas permanentes (45,7%) e terras aráveis (41,3%). As pastagens permanentes representavam 9,6% do total e a horta familiar 3,4%. Comparativamente a 1999 as variações são pouco pronunciadas, observando-se uma ligeira redução do peso das culturas permanentes, compensada com um aumento da horta familiar e das pastagens permanentes. A fracção das terras aráveis manteve-se estável. De sublinhar que em termos nacionais, registaram-se alterações profundas, com os prados e pastagens permanentes a representarem quase metade da SAU do país, quando em 1999 pesavam 36,0%. Este aumento resulta em grande medida de uma redução das terras aráveis.

Composição da SAU



■	Terras aráveis
■	Horta familiar
■	Culturas permanentes
■	Pastagens permanentes

Dentro das culturas temporárias, a predominância é da horticultura que representa 46,5% da área em cultura principal (1 010,2 ha), seguida da batata (25,0% e 542,4 ha) e das outras culturas temporárias (onde se inclui a

batata doce e o inhame) que pesa 14,1% (306,1 ha). Saliência ainda para duas culturas características na Região: as industriais, onde está incluída a cana-de-açúcar, que ocupa 118,4 ha (5,5%) e as flores e plantas ornamentais cultivadas numa área de 54,3 ha (2,5% da área de temporárias em cultura principal).

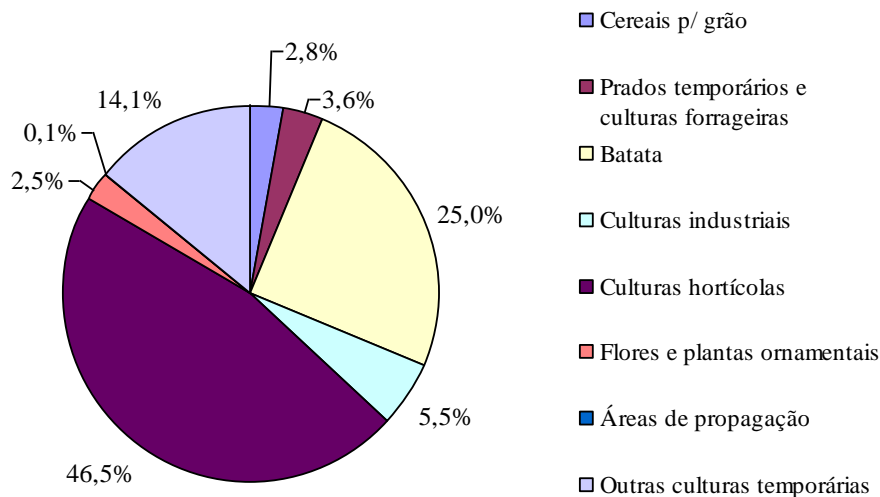
Ocupação Cultural Predominante em termos de SAU



De referir a importância que têm as culturas secundárias, quer as sucessivas (i.e., que antecedem ou sucedem, no mesmo ano agrícola, uma cultura temporária de maior rendimento económico) quer as sob-coberto de permanentes (cultivadas em associação com culturas permanentes), que são realizadas maioritariamente com o intuito de rentabilizar a utilização de um recurso tão escasso como é a terra, na nossa Região Autónoma. As culturas secundárias representam na RAM um quarto da superfície total das culturas temporárias, sendo esta percentagem no conjunto do país de 12,3%. Esta realidade é mais expressiva no caso da batata e particularmente nas culturas forrageiras onde a área em cultura principal e em cultura secundária é idêntica.

A área total de batata atingiu neste recenseamento os 1 500,0 ha, com os municípios de Santana e São Vicente a deterem em conjunto, mais de um terço desta área (38,9%) com 357,9 e 226,1 ha respectivamente. As culturas hortícolas somam uma área total de 1 154,6 ha e no que respeita à distribuição por município destas culturas, Santana vem no topo com 231,5 ha, seguido por Santa Cruz e Câmara de Lobos com 194,3 e 152,8 ha cada. A área total de floricultura, onde se incluem as plantas ornamentais, representa 54,3 ha, e encontra-se concentrada nos municípios do Funchal (17,5 ha) e Santa Cruz (15,4 ha).

Composição das culturas temporárias em cultura principal



A área de culturas permanentes teve uma redução de 9,2% entre os recenseamentos de 1999 e 2009, mantendo-se a predominância da vinha (1 131,2 ha e 45,6% do total) e dos frutos subtropicais (848,9 ha e 34,2% do total) que incluem a bananeira, a anoneira e o abacateiro, entre outros. Com um peso muito inferior surgem os frutos frescos (que incluem as macieiras e os pereiros para sidra), com uma área de 277,9 ha (11,2% do total de permanentes), os frutos de casca rija (castanheiros e noqueiras) que totalizavam 104,2 ha (4,2%) e os citrinos que ocupavam 99,9 ha (4,0% da área de permanentes).

Olhando com maior detalhe as subtropicais, constatamos que a bananeira mantém-se como a mais predominante, com uma área próxima dos 700 ha. É no Funchal que se concentra a maior parte da área contínua de bananeiras (189,5 ha), seguindo-se Ponta do Sol (149,9 ha) e Câmara de Lobos (125,9 ha). Estes três municípios concentram dois terços do total da área de bananeira na Região.

No que diz respeito à anoneira, a área total (área contínua e pés dispersos convertidos em área) ocupada por esta cultura é de 98,3 ha. Santana (17,3 ha), Santa Cruz (16,2 ha), Machico (15,4 ha) e Funchal (12,4 ha) são os municípios com maior representatividade da cultura de anoneira em área contínua de pomar, e no seu conjunto, detêm mais de três quartos dessa área.

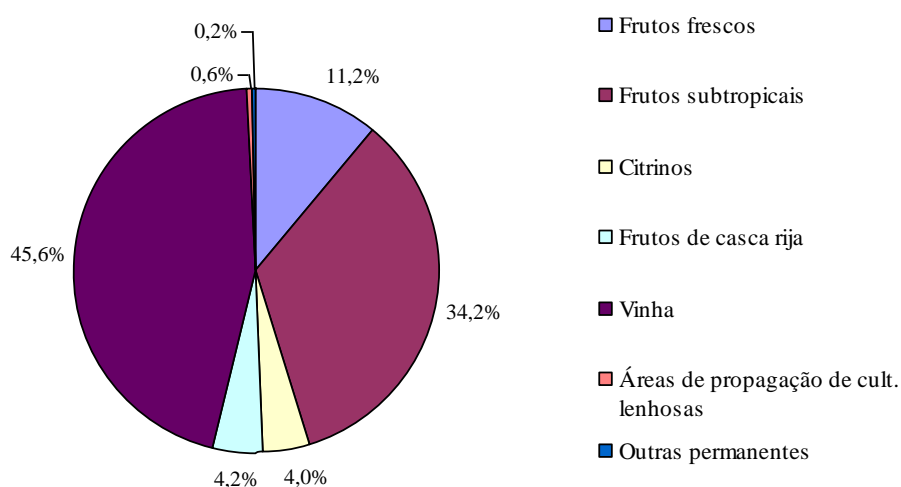
Analisando os outros grupos de fruteiras, destacam-se nos frutos frescos as macieiras e as cerejeiras que ocupam, contabilizando os pomares e os pés dispersos convertidos em área, 100,3 e 61,2 ha respectivamente. Santa Cruz, Santana e Calheta são os municípios com maiores áreas de macieiras, enquanto que as cerejeiras

estão praticamente todas concentradas em Câmara de Lobos (freguesias do Jardim da Serra e do Estreito de Câmara de Lobos).

Nos citrinos, observou-se nos últimos 10 anos, uma grande redução na área de laranjeiras, por contraponto com o aumento verificado nos limoeiros, que em 2009 ocupavam 78,2 ha, encontrando-se 69,6% da área de pomar desta cultura, em Santana.

No caso dos frutos secos, a área está praticamente toda afectada aos castanheiros (94,2 ha), concentrados em Câmara de Lobos e na Ribeira Brava.

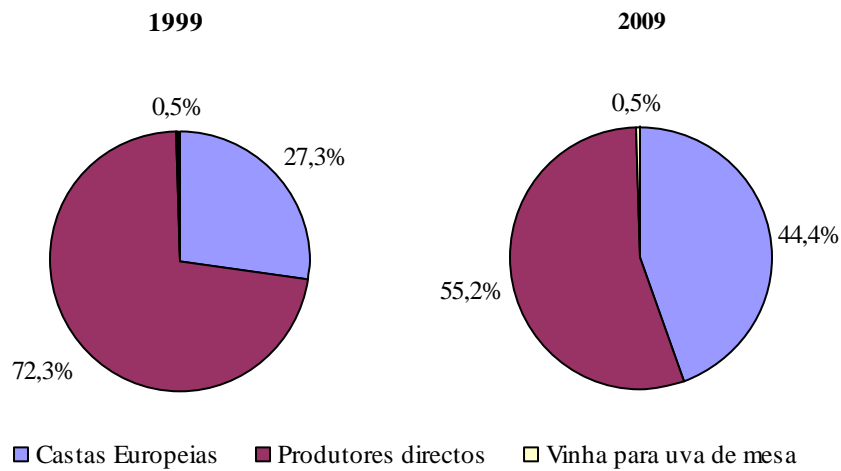
Composição das culturas permanentes



A Região perdeu um quarto da sua área de vinha, fruto de uma redução de 43,2% na área de produtores directos, que é constituída por castas não certificadas para a produção de vinho DOP (Denominação de Origem Protegida) "Madeira"/"Madeirense" ou IGP (Indicação Geográfica Protegida) "Terras Madeirenses".

A área total de vinha na RAM é de 1 131,2 ha, dividida em 502,2 ha de vinha para vinho com castas europeias (que cresceu 21,2% em relação ao último recenseamento), 623,9 ha de produtores directos existindo ainda 5,1 ha de vinha para uva de mesa.

Vinha



São Vicente (234,8 ha dos quais 121,9 ha de castas europeias), Câmara de Lobos (218,8 ha, 84,3% dos quais de castas europeias) e Santana (217,3 ha, 161,7 ha dos quais de produtores directos) são os municípios com maiores áreas de vinha.

Analisadas que estão as duas principais componentes da SAU (terras aráveis e culturas permanentes), as restantes parcelas (horta familiar e pastagens permanentes) merecem uma breve referência. As hortas familiares (áreas destinadas à produção para autoconsumo) das explorações agrícolas madeirenses somam 183,1 ha, enquanto que as pastagens permanentes da Região totalizam 520,6 ha e são maioritariamente pobres, ou seja, não são alvo de rega, nem de adubações, nem de especiais cuidados por parte dos produtores, o que é de certa forma um reflexo da pouca relevância da actividade pecuária na Região. 40,3% das pastagens estão no Porto Santo.

4. REGA

A quase totalidade das explorações madeirenses tem sistemas de rega, uma situação que já sucedia no anterior recenseamento, embora se tenha assistido a um ligeiríssimo aumento da percentagem de explorações com infraestruturas de rega, que passou de 96,3% em 1999 para 96,9% em 2009.

A superfície irrigável, que consiste na área da exploração que poderá ser regada (caso o produtor o entenda), também cresceu em termos de proporção da SAU, subindo de 84,1% no recenseamento agrícola de 1999, para 85,6% no RA 09.

Um modelo de estimação para o volume de água de rega em cada região do país calcula em 23,3 milhões de m³, a quantidade consumida para rega na RAM, o que representa 5 411 m³ por hectare de SAU regada. As

explorações de muito pequena dimensão consomem 60,3% da água de rega e as pequenas 29,1%. As explorações especializadas consomem 63,8% da água de rega, que se destina principalmente à batata, horticultura e frutos subtropicais.

80,3% das explorações agrícolas madeirenses têm um sistema de rega gerido pelo sector público, uma situação bastante distinta da que existe nas restantes regiões do país, onde além do facto da percentagem de explorações com rega ser muito inferior, normalmente os sistemas de rega instalados são individuais e servem apenas a exploração em causa. Não é surpreendente o facto das levadas terem um peso muito substancial como origem da água de rega, com 92,1% das explorações a usufruírem total ou parcialmente da água de rega proveniente de uma levada. O tipo de rega mais utilizado é o tradicional (regos), sendo que a expressão de métodos mais sofisticados tem vindo naturalmente a crescer. A percentagem da área de hortícolas em cultura principal regada por métodos sob-pressão (aspersão ou localizada, incluindo-se nesta última a gota-a-gota e a micro-aspersão) é de 11,5%. No caso das flores e plantas ornamentais esta percentagem regista o seu expoente (79,6%). Nas permanentes, nos frutos subtropicais, a maior parte da área (87,2%) é também regada por métodos tradicionais (as "mantas").

19,0% da área de vinha não é regada, mas nos restantes 81,0% que são regados pelo menos uma vez no ano agrícola de referência, predomina o sistema tradicional de regos (95,7%).

5. EFECTIVOS ANIMAIS

Neste recenseamento foram também contados os efectivos animais. Na Região existiam 989 explorações com 4 503 bovinos, sendo o número de vacas leiteiras de 390. Mais de metade (53,1%) do gado bovino está concentrado nos municípios de Santa Cruz e da Calheta. Em Santa Cruz, a média de bovinos por exploração é de 19,0, o valor máximo regional, sendo que a Região no conjunto do país tinha a média mais baixa (4,6 cabeças por exploração). Em linha com o que sucedeu no resto do país, o rácio de 2009 é mais do dobro do valor do recenseamento de 1999 (2,2 cabeças).

O efectivo suíno contabilizado no RA 09 foi de 16 579 animais, espalhados por 2 135 explorações. Santa Cruz, município onde estão localizadas as empresas de suinicultura de maior dimensão em termos regionais, tem 78,9% do efectivo suíno da RAM. Não surpreende pois, que naquele município o número de animais por exploração seja de 72,3, muito superior à média regional de 7,8, sendo este rácio de 38,2 em termos do país. A evolução da dimensão média do efectivo de 1999 para 2009 mostra um aumento de 1,5 cabeças (era de 6,3 cabeças por exploração em 1999), evolução esta bem mais tímida que a verificada em termos nacionais (de 18,2 em 1999 para 38,2 animais por exploração em 2009).

Ovinos e caprinos seguem em queda, uma tendência que já se manifesta desde o recenseamento de 1986. O RA 09 identificou 4 616 ovinos em 952 explorações, sendo o número de caprinos de 7 066 divididos por 2 291 explorações. Santana detinha o maior número de ovinos (22,2% do total) enquanto que era em Câmara de Lobos que se concentravam mais caprinos (20,7% do total). As dimensões médias caíram em relação a 1999 (de 7,1 para 4,8 nos ovinos e de 3,2 para 3,1 cabeças nos caprinos) e mantêm-se muito inferiores às nacionais.

O número de coelhos também quebrou de 1999 para 2009, reduzindo-se 44,7% e fixando-se no RA 09 em 7 118.

Verifica-se também uma diminuição no número de aves, embora não seja possível tirar grandes conclusões desta evolução, isto porque a maior parte dos animais estão concentrados em explorações de tipo industrial (aviários) e como o número de animais é contado no dia de passagem do entrevistador, o valor apurado está dependente de um conjunto de circunstâncias (vazios sanitários e condições momentâneas próprias da dinâmica de oferta e procura).

6. MÁQUINAS AGRÍCOLAS

A utilização de maquinaria agrícola na RAM está condicionada pela morfologia do terreno, pela estrutura fundiária e pelo sistema de agricultura praticada. Não surpreende pois que apenas 2,7% das explorações da Região utilizem tractor (pertencente ou não à exploração), contra 81,8% a nível do conjunto do país. O número de tractores identificados nas explorações madeirenses no RA 09 foi de 225, praticamente o dobro dos recenseados em 1999 (115). Refira-se ainda que a RAM é a região do país com tractores mais recentes, pois 31,6% tem menos de 5 anos de idade (esta percentagem é de 11,9% no país).

O número de motocultivadores também subiu de 369 para 570, assistindo-se a um crescimento exponencial das motoenxadas que eram 119 em 1999, passando a 1 242 em 2009.

7. POPULAÇÃO E MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

A população agrícola familiar, formada pelo produtor agrícola e pelos membros do seu agregado doméstico, quer tenham ou não trabalhado na exploração, era constituída por 40 760 indivíduos, representando cerca 15,2% da população contada nos Censos 2011 (dados provisórios), o dobro da percentagem nacional (7,5%).

Este rácio atinge o seu expoente no norte da ilha da Madeira, em Santana (58,4%) e em São Vicente (57,0%). Naturalmente é no Funchal (3,2%) e em Santa Cruz (8,4%) que o peso da população agrícola familiar é menor.

Notou-se um envelhecimento desta população nos 10 anos que separam os últimos recenseamentos, embora menos pronunciado que o registado no resto do país. A média de idades na RAM passou de 43 anos para 46 e

no país de 46 para 52 anos. Apenas na RA Açores existe uma população agrícola familiar mais jovem do que a da RAM.

Em termos de habilitações literárias, a evolução foi significativa e pode ser observada pela taxa de analfabetismo entre a população agrícola familiar que passou de 20,4% em 1999 para 11,4% em 2009. Por nível de instrução são visíveis grandes aumentos em comparação com 1999 nos graus mais altos de ensino (secundário e superior) e que são as maiores subidas percentuais no conjunto do país.

Os produtores agrícolas continuam a ser maioritariamente homens, embora as mulheres estejam cada vez mais a assumir esse papel. Em 1999, a percentagem de mulheres produtoras era de 41,8%, sendo que dez anos depois esse rácio subiu para 47,3%.

De acordo com RA 09, a média de idades dos produtores madeirenses ronda os 60 anos, valor idêntico ao de 1999. Agora esta média está abaixo da nacional (63 anos), enquanto que em 1999 estava ligeiramente acima (a média nacional em 1999 era de 59 anos). Tal como sucede com a população agrícola familiar, há uma melhoria substancial das habilitações literárias, com uma redução muito significativa do número de produtores sem qualquer nível de ensino.

Há uma fracção importante da população agrícola familiar madeirense que não trabalha na exploração (27,1%), superior à média nacional que é de 17,1%. No caso dos produtores só 46,7% estão mais de 50% do seu tempo a trabalhar na exploração, situação semelhante à do resto do país. Apenas 11,2% está a tempo completo (21,2% no cômputo das regiões de Portugal).

Cada indivíduo da população agrícola familiar madeirense trabalha em média 0,31 UTA (UTA são Unidades de Trabalho Ano e cada UTA equivale a 225 dias de trabalho a 8 horas por dia), valor um pouco inferior à média nacional (0,37 UTA) e que corresponde a cerca de 12 horas por semana. Já o produtor da RAM trabalha em média 0,51 UTA (0,54 no país), o equivalente a mais de 20 horas semanais.

Para complementarem o rendimento da actividade agrícola – na realidade muitas vezes, é ao contrário, o rendimento da exploração é que serve de complemento como veremos adiante – 35,7% dos indivíduos residentes na RAM e pertencentes à população agrícola familiar, têm uma actividade remunerada exterior à exploração. Esta percentagem é superior à nacional (29,6%), o que traduz de certa forma alguma falta de viabilidade económica das pequenas explorações agrícolas madeirenses. Este diferencial para o país também sucede nos produtores (32,7% contra 25,8%), nos seus cônjuges (37,1% contra 27,4%) e também nos restantes membros do agregado, embora de forma menos expressiva (37,2% contra 35,8%).

A análise da origem do rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola singular (ou seja, aquele que usa predominantemente mão-de-obra do agregado doméstico) revela, em linha com o descrito no parágrafo

anterior, que apenas 3,7% desses agregados têm rendimentos exclusivamente provenientes da exploração agrícola, valor abaixo dos 5,8% encontrados a nível do país. De referir ainda que na Região 58,5% destes agregados possuem indivíduos que recebem pensões ou reformas.

Apesar da pequena dimensão das explorações, quase todos os produtores singulares madeirenses contavam, 2 anos depois de terem respondido ao entrevistador do RA 09, ter a sua exploração activa. Efectivamente essa era a intenção de 98,9% do universo de indivíduos que respondeu a esta questão. Os motivos apontados são principalmente dois: complemento ao rendimento familiar (50,8%) e o valor afectivo (30,0%). Só 4,0% afirmam que a exploração é economicamente viável enquanto que 13,6% referem não ter alternativa profissional.

No que respeita à mão-de-obra agrícola não familiar, constata-se que o número de trabalhadores permanentes é cada vez menor. Os 1 805 de 1999, estão agora reduzidos a 1 072, estando concentrados em 437 explorações (3,2% do total de explorações). Não chega a 50% a percentagem de trabalhadores permanentes a tempo completo, que se revela ser a mais baixa do país (a média nacional é de 67,0%).

A utilização de mão-de-obra eventual é bastante comum na RAM, aliás é a região do país onde mais explorações recorrem a esta modalidade (55,4% contra 35,8% no país).

No cômputo geral, pode-se afirmar que o trabalho feito pela mão-de-obra familiar é muito mais expressivo que o oferecido pela mão-de-obra não familiar. Na verdade 86,7% das UTA são da primeira modalidade e 13,3% da segunda. O peso da mão-de-obra familiar só é maior nas Beiras e na região de Entre Douro e Minho, sendo a média nacional de 80,1%.

A produtividade do trabalho nas explorações agrícolas madeirenses é bastante baixa em comparação com resto do país, o que resulta da pouca mecanização, do tipo de culturas mais características nas explorações madeirenses e obviamente da pequena dimensão das mesmas. O VPPT médio regional por UTA é de 5,6 milhares de euros, menos de metade do nacional que é de 12,6 milhares de euros.